



REFLEXÕES SOBRE OS CONCEITOS DE TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE: DO TERRITÓRIO NACIONAL À TERRITORIALIDADE CORPORATIVA DAS BIG TECHS

Guilherme Tenher Rodrigues ¹

RESUMO

O conceito geográfico de território possui uma rica história na epistemologia da Geografia. Ele representa uma forma de apreensão espacial a partir das relações de poder. À luz deste conceito, a primeira parte deste artigo busca apresentar diferentes significações do território. Nota-se a polissemia do conceito ao longo dos anos, passando por concepções puramente materiais, representadas no solo e no conjunto de recursos do Estado nacional, até suas mais recentes conjecturas sobre territórios-rede, (multi)territorialidades e ciberespaço. A partir deste breve apanhado teórico, a segunda parte objetiva mostrar a relevância deste conceito para analisar as ações das grandes corporações de tecnologia no ciberespaço ou infosfera e suas vicissitudes na vida das populações e na ação político-técnico-administrativa dos Estados.

Palavras-chave: Território, Territorialidade, Infosfera, Big Techs.

RESUMEN

El concepto geográfico de territorio tiene una rica historia en la epistemología de la geografía. Representa una forma de aprehensión espacial basada en relaciones de poder. A la luz de este concepto, la primera parte de este artículo busca presentar diferentes significados de territorio. Se nota la polisemia del concepto a lo largo de los años, pasando por concepciones puramente materiales, representadas en el suelo y en el conjunto de recursos del Estado nacional, hasta sus más recientes conjeturas sobre territorios en red, (multi) territorialidades y ciberespacio. A partir de este breve recorrido teórico, la segunda parte pretende mostrar la relevancia de este concepto para analizar las acciones de las grandes corporaciones tecnológicas en el ciberespacio o infosfera y sus vicisitudes en la vida de las poblaciones y en la acción político-técnico-administrativa de los Estados.

Palabras clave: Territorio, Territorialidad, Infosfera, Big Techs

INTRODUÇÃO

O conceito geográfico de território possui uma rica história na epistemologia da Geografia. Em linhas gerais, ele representa uma forma de apreensão espacial a partir das relações de poder. Parte-se das concepções do geógrafo Ratzel que o vincula historicamente com a noção de território nacional. Tal acepção nacionalista e carregadamente ideológica tem suas origens na Geografia Política e na Geopolítica,

¹ Mestrando do Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, guitenherr@gmail.com;



sendo estas intimamente relacionadas com as Ciências Políticas, haja vista a centralidade de seus estudos na problemática e no conceito de poder. O território-zona, conforme o léxico haesbaertiano, ou o território tradicional seguiu por muitos anos como a tônica dos estudos territoriais.

Entretanto, o território é um conceito polissêmico, dinâmico (interpretado distintamente através de escalas temporais) e multiescalar. Logo, ele não pode ser atrelado apenas ao entendimento do território como espaço nacional que possui o Estado como principal (e essencial) gestor. Assim, a primeira seção deste artigo busca apresentar as diferentes abordagens deste conceito, à luz dos estudos de Claude Raffestin, Marcelo Lopes de Souza, Milton Santos, María Laura Silveira, e Rogério Haesbaert. A seção abordará ideias que partem desde o território nacional, passando pelos conceitos subjacentes de sistema territorial e territorialidade, territórios (des)contínuos, a histórica (e suposta) dicotomia entre territórios funcionais *versus* simbólicos e a emergência dos estudos sobre territórios-rede e ciberespaço ou, como chamar-se-á neste artigo, infosfera. O objetivo desta seção é abrir o campo referencial para o debate do momento seguinte, o qual se debruçará no conceito de infosfera e sua captura pela territorialidade corporativa.

A segunda seção explicita o porquê do uso do termo *infosfera* no lugar de *ciberespaço* e a importância do conceito de território para decifrar a estrutura das relações de poder na contemporaneidade. Subjacente a este conceito, abre-se uma subseção para conjecturar brevemente sobre a territorialidade das grandes companhias de tecnologia e o uso que estas fazem da infosfera. O objetivo deste artigo é mostrar a relevância dos estudos sobre o território e territorialidade para analisar as ações das grandes corporações, aqui também chamadas de *big techs*, na ambiência da infosfera e suas vicissitudes na vida das populações e na ação político-técnico-administrativa dos Estados.

METODOLOGIA

O método e estratégia de pesquisa utilizados são, segundo Gil (2008), a pesquisa bibliográfica e documental. A primeira parte, contemplada na seção 1 do aporte teórico, respalda o debate a partir das diferentes concepções de território e territorialidade a partir de autores como Raffestin (1993), Souza (1995), Santos e Silveira (2003) e Haesbaert (2004). A segunda, a qual embasa a seção 2 do aporte teórico, foi realizada



por meio da análise de matérias publicadas no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, sobre tecnologia, infosfera, big techs e soberania digital.

REFERENCIAL TEÓRICO

1. Território, sistema territorial e (multi)territorialidade

Os conceitos de território e territorialidade abordados nestes primeiros parágrafos estão intimamente ligados às concepções de Raffestin (1993). De acordo com este geógrafo, o território pode ser abordado como aquilo que se manifesta no espaço, isto é, o território é precedido pelo espaço e não existe sem este. O território é o resultado da ação de um ator sintagmático, um agente que realiza programas e projetos no espaço. Sendo assim, o território não é o espaço propriamente dito, mas um espaço onde se projeta um trabalho que, de um lado, se despende energia e informação e, de outro, evidencia relações marcadas pelo poder. No entendimento deste autor, “o espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que os homens constroem para si” (RAFFESTIN, 1993, p.144).

Se o território é uma forma de produção a partir do espaço e esta produção arquiteta e é arquitetada por relações de poder, pode-se dizer que esta ação também é realizada por intermédio de projetos, modelos ou imagens desejadas do espaço. Em outras palavras, quando se projeta sob o espaço, parte-se de uma representação particular e original do mesmo e, em seguida, recorre-se a ações que são sustentadas por conhecimentos e práticas que se utilizam de sistemas sêmicos, de signos, de códigos e de sinais que desembocam nos processos sociais que constroem a própria realidade. Logo, “a imagem ou modelo, ou seja, toda construção da realidade é um instrumento de poder e isso desde as origens do homem” (RAFFESTIN, 1993, p.145).

Raffestin (1993) adverte que o território é um campo de ação que abarca mais de um ator sintagmático, assim, deve-se considerar que esta categoria evoca um *sistema* de atores e um *sistema* subjacente de intenções de poder. Estes sistemas nada mais são do que a complexificação do território animado pelo jogo multilateral de diversos atores que, a partir de suas representações originais do espaço, constroem tessituras, pontos e redes no sistema territorial. É importante mencionar que não se trata de uma geometrização das ações, mas de ações que podem ser representadas geometricamente.



Assim, forma-se a axiomática do poder, com sua historicidade, dinamismo, complexidade e constante abertura a novos atores/agentes.

Da concepção de território asseverada por Raffestin (1993), desmembram-se duas subcategorias que reforçam este conceito ao mesmo tempo em que iluminam novos elementos: o sistema territorial e a territorialidade. O primeiro é essencialmente uma matriz composta por elementos do espaço manifestados em superfície, pontos e linhas, cruzados com sistemas de objetivos e ações – conhecimento e práticas – econômicos, políticos, sociais e culturais. A interação destes dois conjuntos resulta na ação em tessituras, redes e nós. O sistema territorial é, segundo este geógrafo, concomitantemente um produto e um meio de produção.

Raffestin (1993) aponta que a produção territorial é sinônimo de uma produção de *imagens territoriais*. Assim, toda a tessitura implica uma noção de limites (escalares, lineares e zonais), pois é necessária a delimitação das práticas e conhecimentos. Em adição, considera-se dois tipos de tessitura, a “desejada” ou aquela que tenta otimizar o campo operatório de um grupo; e a “suportada” que busca maximizar o controle do grupo. Evidencia-se também o dinamismo deste elemento: a tessitura política é mais constante que a tessitura econômica. “A tessitura é sempre o enquadramento do poder ou de um poder. A escala da tessitura delimita a escala dos poderes” (Raffestin, 1993, p. 154).

Os nós ou nodosidades podem modificar a imagem e a situação das malhas inscritas, sejam elas cidades, metrópoles, capitais ou aldeias. Os pontos induzem à hierarquização, pois são mais bem definidos em termos relativos do que em termos absolutos. Os pontos também expressam as posições dos atores, atores estes que mantêm relações, asseguram funções, se interditam, se distanciam, e se aproximam. (RAFFESTIN, 1993).

Por fim, nas acepções de Raffestin (1993), as redes se caracterizam como sistemas de linhas que desenham tramas. Estas tramas podem ser abstratas (redes de rádio, televisão, redes bancárias, internet) ou concretas (redes ferroviárias, rodoviárias, hidrovias). As redes aparecerão mais adiante quando Souza (1995) comentará sobre territórios descontínuos e contínuos e também quando Haesbaert (2004) dissertará sobre território-zona e território-rede.



A segunda subcategoria é a noção de territorialidade. Raffestin (1993, p.158) a define como algo que reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade e pelas sociedades em geral. Ela pode ser a “face vivida” do poder. Os homens vivem, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existencial e/ou produtivistas. A territorialidade procede de uma problemática relacional, ela pode ser entendida pelo conjunto de relações que se originam de um sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com a disponibilidade de recursos do sistema. É também uma característica da territorialidade o seu dinamismo em diferentes escalas de tempo, tornando-a relativamente dis/simétrica e in/estável. Para elucidar este termo, Raffestin (1993, p. 160) recorre à elaboração de uma equação:

$$T \rightarrow \Sigma H r E$$

O “T” seria a territorialidade; “H” o indivíduo, o sujeito que pertence a uma coletividade; “r” relação particular definida por uma forma e conteúdo que necessita de mediatos; “E” exterioridade, isto é, uma “topia”, um lugar, mas também um espaço abstrato, como um sistema institucional ou político; “Σ” não simboliza, neste caso, uma soma matemática, mas uma totalidade de relações biossociais em interação. (RAFFESTIN, 1993, p. 160-161).

O conceito de territorialidade de Raffestin (1993) supramencionado será de vital importância para compreendermos os desdobramentos teóricos posteriores de Haesbaert (2004) sobre o conceito de (multi)territorialidade, em especial àquela de cunho pós-moderno.

“O território, objeto deste ensaio, é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir das relações de poder”. (SOUZA, 1995, p. 78). Souza (1995) define o poder a partir da concepção de Hannah Arendt, a qual fala que este nunca é individual, que é uma habilidade humana coletivamente construída. Para esta autora, o grupo é que define “quem” se investirá de poder, caso este deixar de existir, o poder da pessoa na condição de representante também desaparecerá.



O território é um conceito dinâmico (se modifica através de escalas temporais) e multiescalar. Ele não pode ser atrelado apenas ao entendimento do território como espaço nacional que possui o Estado como principal (e essencial) gestor. A noção de território é historicamente vinculada à noção de território nacional. Tal concepção nacionalista e carregadamente ideológica tem suas origens na Geografia Política e na Geopolítica, sendo estas intimamente relacionadas com as Ciências Políticas, haja vista a centralidade dos estudos destas disciplinas na problemática e no conceito de poder. (SOUZA, 1995).

Todavia, Souza (1995) destaca alguns elementos importantes da Geografia Política quanto esta se refere ao conceito de território. O primeiro ponto está relacionado ao *espaço concreto* que é apropriado por um grupo social e que, nele, este grupo é capaz de criar raízes e identidade. Para que esta identidade se cristalice no espaço conquistado, o *tempo* se torna necessário, aí o segundo elemento. Não obstante, este autor evidencia a mutabilidade das fronteiras, haja vista sua representação como espaço de conflito e livre comércio, mas sobretudo o primeiro que se manifesta mormente pela força bruta.

“[...] E mais: os limites do território não seriam, é bem verdade, imutáveis – pois as fronteiras podem ser alteradas, comumente pela força bruta –, mas cada espaço seria, enquanto território, território durante todo o tempo, pois apenas a durabilidade poderia, é claro, ser geradora de identidade sócio-espacial, identidade na verdade não apenas com o espaço físico, concreto, mas com o território e, por tabela, com o poder controlador desse território...”. (SOUZA, 1995, p. 84).

Souza (1995) elucida o reducionismo do termo a partir das contribuições de Friederich Ratzel, o qual concebia o território como a intensa e uníssona relação do povo com o *solo*. Assim, observa-se que o território, ou melhor, o tipo de territorialidade utilizada pelo geógrafo alemão era sinônimo de *território de um Estado* e que o solo era um elemento concreto do processo de dominação de um determinado grupo ou país que, sob o solo, enraizava seus elementos materiais e imateriais, sobretudo identitários, apropriando-se da natureza, paisagem e patrimônio arquitetônico.

“A territorialidade do Estado-Nação, tão densa de história, onde afetividade e identificação (reais ou hiperbolizadas ideologicamente) possuem enorme dimensão telúrica – paisagem, “regiões de um país”, belezas e recursos naturais da “pátria”-, é naturalizada por Ratzel também na medida em que este não discute o conceito de território, desvinculando-o do seu enraizamento quase perene dos atributos do solo pátrio”. (SOUZA, 1995, p. 86).



Entretanto, há outra corrente de pensamento que concebe o conceito de território de forma mais crítica e ampla. Esta corrente caracteriza este termo como um “campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais” (Souza, 1995, p.86) que criam e tomam consciência de sua complexidade interna, classificando seus membros por um sistema de limites e alteridade.

“Vários tipos de organização espaço-temporal, de redes de relações, podem surgir diante de nossos olhos, sem que haja uma superposição tão absoluta entre o espaço concreto com os seus atributos materiais e o território enquanto campo de forças. Um enraizamento tão forte como aquele focalizado por Ratzel [...] não precisa existir para que se tenha territórios”. (SOUZA, 1995, p 86-87).

Souza (1995) ainda adiciona um caráter de virtualidade na construção crítica do termo território. Conforme seu entendimento, os territórios podem ser classificados como relações sociais esboçadas no espaço e, portanto, são instáveis, apresentam relativa rigidez - fluidez e determinada periodicidade ou durabilidade. Assim, este autor introduz a expressão “territorialidades flexíveis”, diretamente ligada à complexidade das metrópoles modernas do Sul Global.

Souza (1995), ao debruçar-se em alguns exemplos de territorialidade na cidade do Rio de Janeiro, como os territórios da prostituição, do tráfico e da máfia, percebe uma forma de organização das relações de conflito e poder que são passíveis de geometrização, a saber: ordenamento por nós e redes. Tais elementos são retomados na análise feita por Raffestin (1993) sobre sistema territorial. Por enquanto, destacam-se as colocações de Souza (1995) a respeito da complexidade do **território-rede**, visto que este é análogo a um território descontínuo que se conecta por arcos ou linhas, podendo estes ser classificados como elementos de infraestrutura, estradas, por exemplo, com o intuito de possibilitar a movimentação de pessoas, bens, serviços e informações. Ademais, os nós de um território-rede (ou de caráter descontínuo) atuam para que este sirva como articulador de dois ou mais territórios contínuos. Esta intersecção-justaposição de territorialidades indica outra característica essencial para este estudo: a coexistência de distintos territórios no mesmo espaço. Superando a noção de homogeneidade de poder inerente ao conceito de território nacional. Nas palavras de Souza, 1995, p. 93:



“A este território em rede ou território–rede propõe o autor [...] chamar de *território descontínuo*. Trata-se, essa ponte conceitual, ao mesmo tempo uma ponte entre escala ou níveis de análise: o território descontínuo associa-se a um nível de tratamento onde, aparecendo os nós como pontos adimensionais, não se coloca evidentemente a questão de investigar a estrutura interna desses nós, ao passo que, à escala do *território contínuo*, que é uma superfície e não um ponto, a estrutura espacial interna precisa ser considerada. Ocorre que, como cada nó de um território descontínuo é, concretamente e à luz de outra escala de análise, uma figura bidimensional, um espaço, ele mesmo um território [...], temos que cada *território descontínuo é, na realidade, uma rede a articular dois ou mais territórios contínuos*”.

Seguindo seu estudo, Souza (1995) critica o caráter demasiadamente concreto que Raffestin (1993) cria ao conceber a noção de território. Souza concorda que o espaço precede o território, mas diverge ao enfatizar o caráter reificado que o território ganha na concepção raffestiniana. Segundo a crítica, o território é tão imbuído de substrato material que o mesmo pode ser confundido com o espaço social. Desta forma, Raffestin, na percepção de Souza, se aproxima da unidimensionalidade dada ao território na Geografia Política Clássica, atrapalhando e muitas vezes limitando sua abordagem *relacional* do território. Todo espaço social é resultado da ação do homem, mas nem todo espaço social ainda é animado pelas ações do homem. Souza se utiliza do exemplo de uma cidade fantasma para denominar um espaço social que não mais possui a condição de território / territorialidade. Assim, este autor conclui que “o território *não* é o substrato, o espaço social em si, mas sim um campo de forças, *as relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sob um substrato referencial*”. (SOUZA, 1995, p. 97). É válido destacar que Souza imprime esta mesma afirmação para o termo “territorialidade”, no singular (SOUZA, 1995, p. 99) e acrescenta que este termo exprime “certo tipo de interação entre o homem e o espaço, a qual é, aliás, sempre uma interação entre seres humanos *mediatizada* pelo espaço”. (SOUZA, 1995, p. 99). Concernente às “territorialidades”, no plural, Souza as coloca como categorias mais gerais, isto é, no território contínuo, seriam contínuas as territorialidades; já no território descontínuo, as territorialidades são descontínuas.

Para Santos e Silveira (2003, p.20), “o território, visto como unidade e diversidade, é uma questão central da história humana e de cada país e constitui o pano de fundo do estudo das suas diversas etapas e do momento atual”.

Milton Santos e María Laura Silveira, ao definirem o conceito de território, recordam que este só se configura se considerado como uma extensão apropriada e



usada. A territorialidade, em contrapartida, conota-se como uma retroalimentação do pertencimento ou como um “sinônimo de *pertencer àquilo que nos pertence...*” (SANTOS; SILVEIRA, 2003, p. 19).

Diferentemente de Souza (1995), que enfatizava a territorialidade a partir das ações do “homem”, Santos e Silveira (2003) ampliam esta ideia até mesmo para os animais no sentido biológico de sua vivência e reprodução. Entretanto, a territorialidade deles se difere da dos humanos porque estes últimos apresentam um senso de planejamento e de consternação a movimentos futuros. Ademais, Santos e Silveira (2003) reconhecem que há uma definição restrita de território como uma nomenclatura política para o espaço de um país. E que, a existência de um Estado é essencialmente vinculada a um território, mas o mesmo não pode ser asseverado para o território e/ou territorialidade, visto que eles podem existir sem a presença de um Estado, conforme também observado em Souza (1995).

É importante mencionar que Santos e Silveira (2003) não conjecturam, como fez Raffestin (1993), sobre a precedência e posterioridade das categorias espaço e território (há o espaço e depois o território, ou vice-versa), ao contrário, estes consideram o território como *território usado* e este como sinônimo de espaço geográfico². Assim, para estudá-lo e capturar suas transformações é necessário: i) uma **periodização** dos usos deste território como forma de compreender os contextos, sua evolução e interação multiescalar; ii) estudo das **técnicas** ou dos sistemas técnicos do território, como instrumento de apreensão da materialidade, dos modos de organização e regulação e da divisão territorial do trabalho; iii) estudo do **povoamento** e sua relação com a dimensão econômica e esta como vetor dos movimentos demográficos e do mercado externo, bem como de produtos, serviços, informação e demais elementos de **fluidez do território e sua regulação pelo mercado**. Estes elementos e atores não só constituem o território como também são condicionados por ele. (SANTOS, SILVEIRA, 2003).

² O conceito de espaço geográfico para Milton Santos é caracterizado pela indissociabilidade, a solidariedade e a contradição do conjunto composto por sistemas de objetos e sistemas de ações. Esta noção retira o território do problema epistemológico da dicotomia de seu conceito, apontado mais tarde por Haesbaert (2004), e o coloca em um sentido lógico dialético.



Destacam-se aqui os dois primeiros elementos. O estudo da periodização captura a temporalidade ou durabilidade apontada por Souza (1995), só que este fazia alusão ao sentido de identidade de um grupo. Já Santos e Silveira (2003) introduzem o elemento “tempo” e o classificam como ferramenta de taxonomia temporal e contextualização histórica. O segundo ponto, o estudo da técnica, aproxima-se da concepção mais clássica de território, conforme o entendimento de Ratzel, pois problematiza as dimensões materiais e produtivas dos países, enfatizando a divisão territorial do trabalho e seus desdobramentos: as metamorfoses do processo social entre o trabalho vivo e o trabalho morto (herdado de outros períodos históricos) e a hierarquização dos lugares dado os atributos qualitativos tecnológicos distintos entre os países, predominantemente comparados e equacionados pela ciência e pelos sistemas técnicos, especialmente a técnica informacional, essencial para o desenvolvimento socioeconômico contemporâneo. (SANTOS, SILVEIRA, 2003).

“Nesse arcabouço levamos em conta tanto as técnicas que se tornaram território, com sua incorporação ao solo (rodovias, ferrovias, hidrelétricas, telecomunicações, emissoras de rádio e TV, etc.), como os objetos técnicos ligados à produção (veículos, implementos) e os insumos técnico-científicos (sementes, adubos, propaganda, consultoria) destinados a aumentar a eficácia, a divisão e a especialização do trabalho nos lugares. É nesse sentido que um território condiciona a localização dos atores, pois as ações que sobre ele se operam dependem da sua própria constituição”. (SANTOS; SILVEIRA, 2003, p. 22).

Santos e Silveira (2003) enfatizam a importância do *meio técnico-científico-informacional* para o estudo do território e o entendimento de suas segmentações sociais, jurídicas e políticas. Em outras palavras, para estes autores, é indispensável conceber o território contemporâneo sem se considerar o peso científico, técnico e informacional das instituições sociais, jurídicas e políticas. Estes apontamentos são de extrema importância para analisarmos os entrecruzamentos da vida *off-line* com a vida *on-line* e suas implicações para o conceito de território e territorialidade, conforme abordado na segunda seção deste artigo.

Haesbaert (2004), ao provar o mito da desterritorialização, sintetiza as diferentes concepções de território e as concebe como um conceito geográfico que abarca não apenas dimensões materiais, como também elementos simbólicos majoritariamente políticos e jurídicos. O território evoca o mais amplo corolário de (re)produção da vida, seja na sua interface material, imaterial, subjetiva, identitária, política, etc.



Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação. (HAESBAERT, 2004, p. 1).

Haesbaert (2004) compreende que o conceito de território é apreendido tanto por uma conotação idealista do espaço vivido, ou diverso, ou apropriado, ou de valor de uso; quanto àquela materialista, que é capitalista, unidimensional, espaço de fluxo, da propriedade e de valor de troca. Sendo o território baseado na apropriação ou dominação, na fixidez ou fluidez, na funcionalidade ou no simbolismo, Haesbaert (2004) alerta que a epistemologia sublinhou uma construção dual/dicotômica do conceito e que se torna necessário transcender estes polos. O território deve abarcar todos os elementos supracitados de uma forma dialética, numa conjugação de “contradição-inerência”. Isto é, os elementos que o compõem se contradizem, mas não necessariamente dualizam, pois são inerentes à complexidade da abstração espacial “território”. As categorias dicotômicas seriam, para este geógrafo, extremos de um *continuum* onde, em cada tipo de território, observam-se, simultaneamente, funcionalidades e simbolismos, e até mesmo funcionalidades no simbolismo e simbolismos na funcionalidade.

O território que apresenta características predominantemente funcionais é aquele dos atores hegemônicos que seguem uma lógica capitalista de dominação de recursos (naturais e humanos) e que arquitetam territórios da desigualdade, buscam exclusividade, controle físico, produção e maximização dos lucros. Em contrapartida, os territórios mormente caracterizados por manifestações simbólicas são, na lógica lefebvriana, territórios da diferença, invocam o princípio da multiplicidade, do abrigo (concepção miltoniana), do lar e da territorialidade sem território (carregam um ideal de um território). (HAESBAERT, 2004).

Em consonância com Santos e Silveira (2003), Haesbaert (2004) evidencia a importância do contexto histórico nos estudos dos diferentes tipos de territorialização e suas metamorfoses ao longo do tempo. Para este autor, há quatro grandes tipos de territorialização que são relativamente mais ou menos valorizadas no decorrer da história: i) abrigo físico; ii) identificação de grupos e referência espacial; iii) disciplinarização e controle dos indivíduos no espaço; iv) controle e construção de redes e conexões. Contemporaneamente, há que se inferir na noção de sociedades da



mobilidade, dos espaços de fluxos e nos territórios-rede, conforme asseverado por Souza (1995).

Mais recentemente, nas sociedades “de controle” ou “pós-modernas” vigora o controle da mobilidade, dos fluxos (redes) e, conseqüentemente, das conexões – o território passa então, gradativamente, de um território mais “zonal” ou de controle de áreas para um “território-rede” ou de controle de redes. Aí, o movimento ou a mobilidade passa a ser um elemento fundamental na construção do território. (HAESBAERT, 2004, p. 5).

A intenção de Haesbaert (2004) para com sua démarche é provar que o que se chama de desterritorialização é, na verdade, um mito proclamado por aqueles que concebem a dicotomia do território simbólico *versus* funcional. Este autor procura provar que, ao contrário deste dualismo, vive-se um hibridismo entre territórios-zona e territórios-rede. Ao invés da categoria de análise “desterritorialização” é preferível utilizar outra categoria que evoque a multiterritorialidade, pois esta abarca os diferentes campos de força e relações de poder; o controle e as ideias mais funcionais ou mais simbólicas do território; e os seus distintos atores e seus constantes processos de (re)territorialização.

Assim, dentro da diversidade territorial do nosso tempo devemos levar em conta, em primeiro lugar, esta distinção crescente entre uma lógica territorial zonal e uma lógica territorial reticular. Elas se interpenetram, se mesclam, de tal modo que a efetiva hegemonia dos territórios-zona estatais que marcaram a grande colcha de retalhos política, pretensamente uniterritorial (no sentido de só admitir a forma estatal de controle político-territorial) do mundo moderno, vê-se obrigada, hoje, a conviver com novos circuitos de poder que desenham complexas territorialidades, em geral na forma de territórios-rede [...]. (HAESBAERT, 2004, p. 7).

É importante destacar que Haesbaert (2004, p. 10) distingue o território de territorialidade e define esta última como “uma ‘abstração’ [...] no sentido ontológico de que, enquanto ‘imagem’ ou símbolo de um território, existe e pode inserir-se eficazmente como uma estratégia político-cultural, mesmo que o território ao qual se refira não esteja concretamente manifestado”, em concordância com as concepções de “projeção” e “imagem” propostas por Raffestin (1993) só que para este geógrafo a projeção desembocaria inexoravelmente em uma ação (ator sintagmático). Esta afirmação também se alinha com o *substrato referencial* e não necessariamente concreto de Souza (1995), anteriormente apontado. Já para o que se propõe neste artigo, evidencia-se a territorialidade ou multiterritorialidade como aquela de caráter pós-moderno, caracterizada por uma mobilidade física e outra virtual:



Trata-se assim de vivenciar essas múltiplas modalidades, de forma concomitante (no caso da mobilidade “virtual”, por exemplo) ou sucessiva (no caso da mobilidade física), num mesmo conjunto que, no caso dos indivíduos ou de alguns grupos, pode favorecer mais uma vez, agora não mais na forma de territórios-zona contínuos, um novo tipo de “experiência espacial integrada”. Esta nova experiência, que é a experiência da multiterritorialidade em sentido estrito (ou “pós-moderna”), inclui: - uma dimensão tecnológico-informacional de crescente complexidade, em torno daquilo que podemos denominar uma reterritorialização via ciberespaço (e não uma desterritorialização, como defende Lévy, 1996, 1999), e que resulta na extrema valorização da densidade informacional de alguns pontos altamente estratégicos do espaço; - como decorrência desta nova base tecnológico-informacional, uma compressão espaço-tempo de múltiplos alcances ou “geometrias de poder” (Massey, 1993), com o fenômeno do alcance planetário instantâneo (dito em “tempo real”), com contatos globais de alto grau de instabilidade e imprevisibilidade; - uma dimensão cultural-simbólica cada vez mais importante dos processos de territorialização, com a identificação territorial ocorrendo muitas vezes no/com o próprio movimento e, no seu extremo, referida à própria escala planetária como um todo [...]. (HAESBAERT, 2004, p. 15).

A modalidade virtual, com sua incrível mobilidade e compressão espaço-tempo caracteriza uma nova forma de se presenciar a (multi)territorialidade. Para além da justaposição de vários territórios e formas de controle do espaço, esta noção caracteriza o ineditismo de nossa época. Com esta costura de conceitos sobre o território e (multi)territorialidade, analisar-se-á, na seção seguinte, o conceito de infosfera do filósofo Luciano Floridi e como este pode ser capturada pelo conceito geográfico de território, em especial nas ações das grandes corporações tecnológicas ou *big techs* que trabalham majoritariamente nas economias e espaços das plataformas digitais.

2. Infosfera: a nova ambiência societária do século XXI

Esta seção explicita o porquê do uso do termo *infosfera* no lugar de *ciberespaço* e a importância do conceito de território para decifrar a estrutura das relações de poder provenientes desta ambiência. Os argumentos estão baseados nas concepções do filósofo italiano Luciano Floridi, o qual disserta sobre as dimensões tecnológica e informacional como uma ambiência conjugada e imbricada em outras dimensões mais objetivas / concretas da vida. É uma forma de verificar o que Souza (1995) proclamava como o *locus* onde as ações (campo de forças) não necessariamente se projetam em espaços objetivos ou substratos materiais e o que Haesbaert (2004) asseverava sobre a base tecnológico-informacional causadora de crescente complexidade, mobilidade e constituição de territórios-rede e reterritorializações do ciberespaço. Pois bem, conforme entendimento de Floridi:



O termo circula há algum tempo. Eu o recuperei filosoficamente para falar de duas coisas. Por um lado, ele nos ajuda a definir o ambiente em que vivemos, feito de informações, fluxos de dados, interações com softwares e sistemas automáticos, em um misto de analógico e digital, e assim por diante. Nesse sentido, é uma atualização do velho termo “**ciberespaço**”. Aqui a utilidade está em abandonar a ideia de que há espaços separados, como se a infosfera fosse um lugar quase alheio, diferente, inatural, isto é, “ciber”, no qual entramos e saímos como e quando queremos. Na realidade, a infosfera é o habitat cotidiano para bilhões de pessoas, cada vez mais, e cada vez mais comumente. Por outro lado, eu usei o termo “infosfera” ontologicamente, para falar da realidade em geral, em uma metafísica que interpreta o Ser de modo informacional. Se, de um ponto de vista informacional, tudo pode ser lido como feito de informação (pensemos no estruturalismo ou na filosofia da ciência), então “infosfera” e “Ser” se tornam correferenciais. Neste caso, a utilidade está em poder apresentar, com clareza e – espero – convicção, uma forma de **Monismo relacional** que me parece mais condizente com a nossa época: só existe um Ser, mas o Ser é uma rede (não um conjunto de elementos, como maçãs no cesto), em que as relações constituem os nós (as coisas, que são como as rótulas constituídas de estradas), com articulações (o múltiplo) e transformações (o devir). (IHU, 2020).

Floridi comenta sobre como os dispositivos eletrônicos, como GPS, smartphones, secretárias eletrônicas, tablets, entre outros, são *gadgets*, objetos, elementos materiais que abrem as portas a esta nova ambiência que ele denomina de infosfera. Segundo ele, não há mais sentido em falar de vida *off-line* e vida *online*, estamos conectados o tempo todo, demandamos e produzimos uma miríade de informações pelo celular, ao chegar aos estabelecimentos, ao escolher produtos e serviços por e-commerce, ao instalar arranjos de objetos ligados pela internet das coisas em nossas casas, escritórios, etc. Assim, Floridi criou o neologismo *onlife*, como forma de capturar esta indistinção entre a vida (e as ações cotidianas) no mundo concreto/real e no mundo digital/virtual. É interessante que, para além do conceito de territórios-rede, Floridi coloca o próprio Ser como uma rede com nós, linhas, articulações e transformações. (IHU, 2020).

Todavia, cabe enfatizar que, para que a infosfera exista é indispensável mencionar que ela demanda um *substrato referencial* de origem *material*, costurando com as concepções de Souza (1995), como, por exemplo, os recursos naturais, como o lítio, utilizado na produção das baterias dos dispositivos eletrônicos supramencionados, direcionados majoritariamente pelos consumidores finais, mas também computadores de alta geração, de todos os tipos e complexidades e demais infraestruturas oriundas da internet, como o maquinário e equipamentos de instalação via rádio, cabos e antenas de transmissão. Além disso, é válido destacar o progresso tecnológico do campo das



informações, softwares, códigos e sistemas de algoritmos que, conjugados, possibilitaram o advento da inteligência artificial (IA) e a existência de “nuvens” de dados ou sistemas de Big Data.

A infosfera, hodiernamente, possui uma arquitetura muito específica. Floridi aponta que os **algoritmos** são os “habitantes nativos” desta nova ambiência e que os mesmos (inter)mediam, sistematizam e até controlam nossas ações nos/com os espaços das **plataformas**, outro elemento constituinte da infosfera. Esta morfologia (aqui entendida como um território-rede na concepção *strictu sensu* pós-moderna haesbaertiana) demanda ações não apenas comerciais, econômicas, mas também sociais e políticas. Em outras palavras, a relação entre o que se produz de informações e para quem se produz (relação consumidor/usuário e plataforma/corporação) complexifica e politiza a infosfera, criando assim um espaço, para o qual Haesbaert (2004) apontou como a vivência de múltiplas territorialidades que atuam concomitantemente e são involucradas pelos territórios-rede. Neste contexto, os atores são postos em evidência e suas relações são analisadas como forma de identificar os desdobramentos e vicissitudes da apropriação da infosfera pelos usuários, de um lado, e o comando, estrutura, escala, oferta e poder das grandes companhias de tecnologia ou *big techs*, proprietárias das plataformas, de outro lado. (HAESBAERT, 2004; IHU, 2020). Nas palavras de Floridi:

Essas plataformas têm um impacto muito profundo. A nossa vida hoje transcorre online (nem *online* nem *offline*), onde tudo está sempre conectado, dentro de um espaço digital e analógico, feito de comunicação e de relações, que pode ser chamado de infosfera. Essa infosfera é um lugar novo e se baseia na circulação das informações. Aqui, quem controla as informações tem as chaves de tudo. Por isso, são necessárias regras claras. Que não se deixem decisões tão fundamentais para as grandes empresas de *Big Tech* do **Vale do Silício**. (IHUa, 2021).

2.1 *Big techs e a territorialidade corporativa*

A estrutura do campo de forças observada na infosfera levanta um debate essencial sobre as transformações no modo como as relações de poder estão geometrizadas na vida das populações e até mesmo na própria hegemonia dos Estados.

Retomemos aos autores estudados na primeira seção. Primeiro, extrai-se o conceito de territorialidade de Raffestin (1993) e preenche-se com o que aqui se tenta argumentar. Imaginemos que na fórmula $T \rightarrow \Sigma H r E$, o fator “H” seria a corporação ou a *big tech*, um ator sintagmático que pertence e atua em uma coletividade; a incógnita



“r” é a sua forma particular de relação concebida por mediatos. Tais mediatos podem ser os dispositivos eletrônicos, os sistemas de algoritmos, os sistemas *big data* e as plataformas digitais e sociais que coletam e sistematizam a imensidão de dados produzidos pelos usuários. Finalmente, “E”, como um lugar ou espaço abstrato, ou uma “topia”, é a própria infosfera que permite a adesão de inúmeros grupos, inclusive os Estados, na qual a totalidade de relações se manifesta.

O elemento “E” acima mencionado é, hodiernamente, a própria **apropriação** da infosfera (ciberespaço) pelas grandes empresas de tecnologia. Como esta última se apresenta como a mais nova “topia” da sociedade contemporânea, as relações que a constituem obedecem aos territórios-rede, ou seja, há primazia de conexões, fluxos, flexibilidade, compressão espaço-tempo, etc; e também abarca territórios funcionais e simbólicos, dialeticamente conectados. A “internet” (leia-se plataformas digitais) é apropriada por territorialidades com pautas majoritariamente identitárias, que carregam o princípio da multiplicidade, dos simbolismos e até mesmo de territorialidades sem território. Mas também é apreendida por atores inclinados às ações funcionais, comerciais, que buscam as informações como recurso e valor de troca.

O que se aponta como inédito nesta territorialidade oriunda das grandes corporações de tecnologia é que até mesmo o Estado, que antes era visto como um ator de regulação absoluta de determinado território-zona é subsumido no território criado pelas *big techs*. Em outras palavras, para que as *big techs* manifestem inteiramente sua territorialidade, elas precisaram criar seu próprio território-zona, com suas próprias regras de estruturação, adesão, controle e monitoramento, diretrizes estas pelas quais os próprios Estados estão submetidos: as plataformas e seus termos de uso.

Assim, pode-se dizer que a territorialidade das corporações se vale de sua incorporação e disseminação em territórios-rede, representados pela possibilidade de criação de fluxos, mobilidade e flexibilidade dentro de plataformas de companhias como o Google, a Amazon, o Facebook e demais redes sociais; a Apple e a Microsoft; mas elas próprias herdaram certos traços de territórios-zona, originalmente vinculados ao Estado-nação, para influenciar e até dominar os demais processos relacionais intra e inter-multi-territorialidades, “desordenando” antigas estruturas de poder e instituições políticas. Há flexibilidade e mobilidade de informações, serviços e produtos, mas



apenas dentro das “fronteiras” das plataformas. Como forma de elucidar esta argumentação, extrai-se um trecho da entrevista intitulada “Os Estados devem retomar a soberania digital” de Luciano Floridi no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, em janeiro de 2021:

O fato de que dois CEOs desconectaram as contas de Donald Trump no Twitter e no Facebook já é bem conhecido. O motivo também: durante o ataque ao Capitólio, o presidente em exercício, Trump, jogou lenha na fogueira, incitando seus partidários com uma série de tuítes, continuando a afirmar falsamente que as eleições haviam sido fraudadas. Mark Zuckerberg e Jack Dorsey intervieram e tomaram a decisão que surpreendeu a todos: bloquear os perfis sociais do presidente. Essa operação das Big Techs abriu hoje o debate: um CEO pode decidir o que se pode fazer ou não nas redes sociais? Isso está certo ou errado? As redes sociais são um espaço privado, público ou privado com acesso público, como um ginásio de esportes, por exemplo?. (IHUa, 2021).

O filósofo italiano Paolo Benanti, em um artigo chamado “Twitter e Trump: uma perspectiva ética”, também em janeiro de 2021, apontou para as relações de poder entre um presidente (representante político-administrativo de uma nação) e as redes/plataformas sociais a partir das seguintes provocações:

“Uma plataforma privada, que se tornou o principal megafone de um presidente apesar de si mesma, decide interromper definitivamente a publicação a partir dessa conta, com base em violações de regras que ela assumiu sozinha. [...] Vigora a ideia de que o digital é um espaço privado entre privados, no qual valem as regras dadas pelos mais fortes (neste caso, a plataforma que é dona dos servidores), mesmo quando isso muda o espaço público e a própria democracia. [...] A agregação do mercado produzida pela inovação tecnológica das plataformas digitais mudou um espaço que não estava destinado a estar nas mãos do livre mercado: a política. O que significa tudo isso?”. (IHUb, 2021).

Benanti alerta que a produção de dados é outro fator essencial na compreensão das ações das *big techs* pelas plataformas. Segundo ele, os sistemas de algoritmos constituintes da inteligência artificial precisam ser constantemente alimentados com dados, sendo esta demanda uma condição *sine qua non* para o funcionamento destes. Quanto mais informações coletadas, mais eficientes e complexas as equações se tornam, mais robusto o sistema se apresenta e mais “inteligente” a IA fica. Todavia, há uma estrutura social abismal entre aqueles que produzem os dados, os “*dataproducers*”, a população e os próprios Estados; e aqueles que detêm os dados, os “*datalords*”. Este hiato entre produção (praticamente gratuita) de dados nas plataformas a partir de (*dis*)likes, compartilhamentos, adesões às páginas ou aos canais; e a propriedade destas informações para posteriores fins comerciais encabeçados pelas *big techs*, suscitam em uma nova forma de desigualdade social, desigualdade esta marcada pelo oligopólio ou



até monopólio digital e a intensa dependência de relações cotidianas, banais e essenciais para o funcionamento e organização societária. (IHUd, 2020).

O economista francês Cédric Durand (IHUc, 2021), ao alertar sobre a apropriação dos sistemas de algoritmos pelas grandes plataformas digitais e seu intuito essencialmente comercial na coleta de dados, propõe uma tese chamada “tecnofeudalismo”, como uma forma de vislumbrar a “nova geometrização” das relações de poder no contexto mais amplo da infosfera e da economia digital internacional. Segundo ele, não evoluímos para uma economia mais fértil e redistributiva, com menos horas de trabalho e acesso amplo aos serviços públicos básicos, conforme a promessa do progresso tecnológico. Muito pelo contrário, nos deparamos com uma estrutura monopolista global, casos graves e frequentes de manipulação política, relações de dependência, de predação e dominação, característico dos territórios-zona, ou do produto de sua interpenetração com territórios-rede:

O mito do **Vale do Silício** se derrete diante de nós: acumulação escandalosa de lucros, **tecnoditadores**, desigualdades sociais incabíveis, desemprego crônico, milhões de pobres adicionais e um punhado de **tecnoligarcas** que acumulam fortunas jamais vistas. A tão badalada “**nova economia**” deu lugar a uma economia da dominação e desigualdade. [...] Trata-se do **Big Data**, das bases de dados, dos algoritmos que permitem os processos. Aqui, estamos diante de um processo que se **autorreforça**: quanto mais participamos na vida dessas plataformas, quanto mais serviços indispensáveis oferecem, mais se acentua a dependência. Esta situação é muito importante porque mata a ideia de competição. Esta **dominação** prende os indivíduos a este transplante digital. Tal tipo de relação de dependência tem uma consequência: a estratégia das plataformas que controlam esses **territórios digitais** é uma estratégia de desenvolvimento econômico por meio da predação, por meio da conquista. (IHUc, 2021).

Ruiz (2021) também aponta para o que ele chama de *algoritmização da vida*. Segundo este autor, as plataformas das grandes companhias de tecnologia estão causando mudanças profundas no mundo do trabalho, nos sistemas políticos e nas relações sociais como um todo. O grande motor de transformação está na produção de informação e nos “rastros” que deixamos na internet toda vez que a ela nos conectamos. Este banco de dados cria simultaneamente uma individualização das condutas e, paradoxalmente, a possibilidade de uma governança dos comportamentos de massa. Segundo ele, estes dois movimentos não só causam a criação de “bolhas sociais” movidas por distintos conteúdos discursivos, como também coloca a democracia e demais instituições político-estatais sob risco de vulnerabilidade e até mesmo de questionamento pela própria população. Nas palavras do estudioso:



A algoritmização da vida tem a ver com a produção de novos saberes – novas formas de conhecimento –, sendo que todo saber desenvolve formas de poder. Logo, os novos saberes algorítmicos estabelecem novas relações de poder sobre a vida humana que teremos de analisar para compreender na sua especificidade [...]. Os algoritmos, através dos rastros que deixamos nos dispositivos eletrônicos, realizam de modo permanente uma extração massiva de dados, os chamados Big Data. Essa extração massiva de dados se movimenta em duas direções diferentes e complementares. Numa direção, os algoritmos extraem os dados de forma individual, a tal ponto que as informações que eles conseguem obter de nossos comportamentos digitais lhes permitem produzir um perfil muito preciso de nossa pessoa. [...] Uma segunda direção estratégica na qual trabalham os algoritmos, além da individualização dos comportamentos, é na acumulação massificada dos dados dos comportamentos individuais, que possibilita desenhar estratégias globais para governamentalização de comportamentos de massa. (RUIZ, 2021, p. 5- 9-13).

O que se pretende evidenciar nesta subseção é que, a infosfera, como esta nova “topia” do século XXI, é um espaço primordialmente público, mas que foi intensa e rapidamente apropriado pelas *big techs* através das plataformas. A infosfera é uma esfera maior que as plataformas. E o que se deve evitar é considerar as plataformas como a própria infosfera. A maneira como a territorialidade corporativa opera se traduz na subsunção de outras territorialidades. Portanto, há uma emergência de transportar as atividades dos sujeitos, grupos e Estados para além das plataformas das grandes corporações, cortando o ciclo de dependência, conforme apontado por Cédric Durand.

Já existem movimentos globais e locais que perceberam a urgência desta autonomia, como as iniciativas de *open source*³, ou código aberto, o Movimento Software Livre⁴, a criação do sistema Blockchain⁵, e até mesmo ações supranacionais,

³ Para maiores informações sobre a contextualização e objetivos do código aberto, consultar “The Open Source Definition by Bruce Perens”. Disponível em: <https://bityli.com/YjITz>

⁴ “A ideia do Movimento Software Livre é que os usuários de computador merecem a liberdade de formar uma comunidade. Você deve ter a liberdade de ajudar a si mesmo, alterando o código-fonte para fazer o que for necessário. E a liberdade de ajudar o próximo, redistribuindo cópias de programas para outras pessoas. Também a liberdade de ajudar a construir sua comunidade, publicando versões aprimoradas para que outras pessoas possam usá-las. Fonte: O Sistema Operacional GNU. Disponível em: <https://www.gnu.org/philosophy/free-software-intro.pt-br.html>

⁵ Para maiores informações sobre a contextualização e objetivos da tecnologia blockchain, consultar “Tecnologia blockchain: um novo paradigma nas ciências abertas”. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/103634>



como o relatório sobre o progresso da inteligência artificial e suas implicações éticas intitulado “*Information Technology & Innovation Foundation*”⁶, desenvolvido pela União Europeia em parceria com os Estados Unidos. Os ciberativistas são outros atores importantes para se vislumbrar caminhos alternativos ou até mesmo subverter o uso das plataformas das grandes companhias. Ações que vão desde movimentos coletivos locais de luta pelo direito à cidade como o “Blog Amigos da Rua Gonçalo de Carvalho”⁷ na cidade de Porto Alegre, até movimentos nacionais como a “Primavera Árabe”⁸, são alguns exemplos do poder das territorialidades nas lutas por sistemas políticos mais democráticos, assim como a importância da infosfera como articuladora dos movimentos políticos da/na contemporaneidade. A partir dos exemplos supracitados, pode-se observar três estratégias distintas de ação, podendo ou não haver combinações entre elas: subversão, regulação e emancipação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta seção destaca-se a percepção haesbaertiana, apontada na primeira seção deste artigo, de que a territorialidade pode ser captada como uma “imagem ou símbolo de um território”, e que nesta projeção existe uma funcionalidade que permite esta ideia inserir-se eficazmente como uma estratégia político-cultural. Raffestin (1993) também asseverava que quando se projeta sob o espaço, parte-se de uma representação particular e original do mesmo e, em seguida, recorre-se a ações que são sustentadas por conhecimentos e práticas que se utilizam de sistemas sêmicos, de signos, de códigos e de sinais que desembocam nos processos sociais os quais constroem a própria realidade.

⁶ Disponível em: <https://www2.datainnovation.org/2021-china-eu-us-ai.pdf>

⁷ O Blog “Amigos da Rua Gonçalo de Carvalho” foi uma iniciativa de moradores porto-alegrenses para a preservação da Rua Gonçalo de Carvalho frente ao avanço e impactos dos empreendimentos da construção civil. A ação pode ser estudada com mais detalhes na dissertação de Fernando Dreissig de Moraes no Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/56229>

⁸ O Blog “Amigos da Rua Gonçalo de Carvalho” foi uma iniciativa de moradores porto-alegrenses para a preservação da Rua Gonçalo de Carvalho frente ao avanço e impactos dos empreendimentos da construção civil. A ação pode ser estudada com mais detalhes na dissertação de Fernando Dreissig de Moraes no Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/56229>



Estas teorizações, por mais repetidas que se colocam nestas páginas, evidenciam a (ide)ação das *big techs* na sociedade contemporânea. Em um emblemático título da matéria de Jaime Barlett publicada na BBC Mundo, “*Como a visão utópica do Vale do Silício pode estar levando o mundo ao capitalismo brutal*”⁹, pode-se captar a importância do conceito de território como uma abstração geográfica capaz de explicar o campo de forças, de ideações, projeções, ações e poderes dos/entre diferentes atores que são capazes de animar, dinamizar e transformar o espaço geográfico e suas inúmeras manifestações reais e virtuais.

A territorialidade das *big techs* é um campo fértil para a análise geográfica. O intuito deste artigo foi apenas introduzir a dimensão de suas ações na vida (*onlife*) das populações e na (des)articulação político-técnico-administrativa e econômica dos Estados nos primeiros decênios do século XXI. A Geografia, por captar as dimensões visíveis e invisíveis, funcionais e simbólicas, que constituem o território e o espaço geográfico nos níveis local, regional, nacional e mundial, se mostra como uma ferramenta epistemológica essencial para apreender as bruscas e céleres transformações da sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS

_____. DOS MÚLTIPLOS TERRITÓRIOS À MULTITERRITORIALIDADE. Haesbaert, Rogério. Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Porto Alegre, 2004. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2008.

IHU. Instituto Humanitas Unisinos. **Ser humano e inteligência artificial: os próximos desafios do onlife. Entrevista com Luciano Floridi**. INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS - IHU. 28 out. 2020. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/604136-ser-humano-e-inteligencia-artificial-os-proximos-desafios-do-onlife-entrevista-com-luciano-floridi>. Acesso em: 11 jun 2021.

IHUa. Instituto Humanitas Unisinos. “**Os Estados devem retomar a soberania digital.**” **Entrevista com Luciano Floridi**. INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS - IHU. 15 jan 2021. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/606178-os-estados-devem-retomar-a-soberania-digital-entrevista-com-luciano-floridi>. Acesso em: 11 jun 2021.

⁹ “Primavera Árabe” é conhecida como a onda de revoluções ocorrida no ano de 2010 no Oriente Médio e no norte da África. Todos os protestos, passeatas e demais manifestações foram articuladas majoritariamente por meio de grandes redes sociais como o Facebook, Twitter e Youtube. A utilização destas plataformas suscitou um novo olhar para as formas de manifestação política do século XXI.



IHUb. **Twitter e Trump: uma perspectiva ética. Artigo de Paolo Benanti.**

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS - IHU. 12 jan 2021. Disponível

em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/606054-twitter-e-trump-uma-perspectiva-etica-artigo-de-paolo-benanti>. Acesso em: 11 jun 2021.

IHUc. “A lógica do tecnofeudalismo possui uma ascensão contínua sobre nossas vidas”. Entrevista com Cédric Durand. INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS - IHU. 29 jan 2021. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/606396-a-logica-do-tecnofeudalismo-tem-uma-ascensao-continua-sobre-nossas-vidas-entrevista-com-cedric-durand>. Acesso em: 11 jun 2021.

IHUd. “Economia de Francisco: notas sobre o evento. INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS – IHU. 02 dez 2020. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/sobre-o-ihu/78-noticias/604952-economia-de-francisco-notas-sobre-o-evento>. Acesso em: 17 jun 2021.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. 269 p. Parte III –O Território e o Poder –Capítulo 1 –O que é território?

RUIZ, Castor M. M. Bartolomé. Algoritmização da vida: a nova governamentalização das condutas. **Cadernos IHU Ideias**. São Leopoldo, ano 19, n. 314, p. 1-26, 2021.

Disponível em:

<http://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/ideias/314cadernosihuideias.pdf>.

Acesso em: 17 jun 2021.

SANTOS, M. e SILVEIRA, M. L.. **O Brasil. Território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro/São Paulo, Record, 5ª ed., 2003. 470p. -Capítulo I -A questão: o uso do território. pp.19-22

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território, sobre espaço e poder autonomia e desenvolvimento. (In) CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro, Bertrand-Brasil, 1995. p. 77-117